



BANCO GUANABARA

Estrutura da Gestão de
Risco Operacional



Conceito

No Brasil a Resolução n.º 3380, emitida pelo BACEN em 29 de junho de 2006, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, definiu Risco Operacional como: “A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.”

A definição acima inclui o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco Guanabara, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

São considerados eventos relacionados a Risco Operacional: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Banco; aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Banco; falhas em sistemas de tecnologia da informação; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do Banco.

Risco Operacional é o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou falhos e de eventos externo. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos e de reputação.

O risco operacional pode envolver:

- **Processos:** falha no registro, processamento ou liquidação de transações, contas de clientes, negócios diários e falhas na apresentação de relatórios obrigatórios;
- **Pessoas:** perdas causadas por colaboradores ou com participação indireta destes (de maneira intencional ou não), ou advindas pelo relacionamento com clientes, acionistas ou terceiros;
- **Sistemas:** perdas decorrentes da interrupção de negócios ou falha de sistemas, causadas pela indisponibilidade de infra-estrutura ou recursos de TI;
- **Eventos externos:** perdas causadas por terceiros, danos a patrimônio ou ativos.



Estrutura

A Estrutura de Risco Operacional (RO), do Banco Guanabara tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura de controles internos e de gestão desse risco, em todos os níveis hierárquicos da instituição. Estabelecendo ainda atribuições e responsabilidades para cumprimento dos objetivos e metas traçados pela alta administração.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional é formada por três níveis: Estratégico, Gerencial e Operacional:

Nível estratégico: O Nível Estratégico é formado pelo Diretor Presidente e de Risco Operacional e Membros permanentes, com a participação dos Assessores, que juntos passam a compor do Comitê de Compliance e Risco Operacional.

Responsabilidades do nível estratégico

- Decidir as diretrizes e objetivos que a gestão de RO deve alcançar, assim como aprovar, discutir e registrar todas as mudanças ocorridas na política de RO;
- Garantir que a Gerência de Controladoria e Gestão de Riscos possua adequada estrutura de profissionais em quantidades e qualidades, recursos, infra-estrutura, tecnologia, que receba todas as informações necessárias para atingir a sua missão;
- Definir o nível de aceitação do risco da instituição (resposta ao risco);
- Analisar as deficiências relevantes que forem apontadas pelo nível gerencial e que requeiram definições e ações estratégicas.

Nível gerencial: O Nível Gerencial é formado pela Comissão de Gerenciamento de Controles Internos e Risco Operacional, denominado COGECIRO.



O COGECIRO é constituído pela área de Diretoria (Administrativa, Comercial e Financeira), em conjunto com a Gerência de Controladoria e Gestão de Riscos, denominado GECORI, que juntos passam a elaborar o cumprimento das diretrizes e objetivos traçados pelo Nível Estratégico.

Responsabilidades do nível gerencial

- Observar a legislação local e normas de cumprimento, incluindo, mas não limitando as resoluções nºs 2554 e 3380 do Conselho Monetário Nacional, CMN;

- Desenvolver procedimentos e técnicas para os componentes da gestão do RO;

- Garantir que os riscos operacionais locais sejam corretamente e satisfatoriamente monitorados e controlados;

- Garantir que há um processo apropriado para avaliação de potenciais riscos operacionais envolvendo novos produtos;

- Emitir relatórios com informações que serão submetidas ao Nível Estratégico, e que devam conter ações a serem implementadas para correção tempestivas das deficiências apontadas.

Nível operacional: O nível operacional é composto pelos Agentes de Compliance e Risco Operacional, denominado AGECORO.

Responsabilidades do nível operacional

- Descrever, monitorar, avaliar e sugerir modificações junto ao COGECIRO, inclusive a verificação de conformidade com as políticas e normas dos órgãos reguladores;

- Sugerir e implementar, após a aprovação do Nível Estratégico, plano para melhoria dos controles existentes, baseando-se no profundo conhecimento do dia a dia de sua área em conjunto com os responsáveis pelo processo;
- Desenhar estratégias de teste dos controles identificados para mitigação do risco.

Identificação / Avaliação

A identificação dos processos deve ser elaborada pelo AGECORO e a sua revisão deve ocorrer semestralmente, com a fiscalização e monitoração do GECORI. De posse dos processos a GECORI promoverá reuniões multidisciplinares que juntos passarão a discutir sobre as melhores práticas operacionais. O mesmo procedimento deve ser adotado quando ocorrer em novos processos.

Realizados as definições dos processos, caberá ao AGECORO identificar e avaliar os riscos implícitos nos processos, onde posteriormente devem ser revisados e aprovados pelo COGECIRO. Esta avaliação deverá estar alinhada com as oito categorias de risco definidas na resolução n.º 3380 do BACEN.

Resposta ao Risco

Entende-se como resposta ao risco a decisão de acatar ou mitigar os riscos identificados. Essa decisão deve levar em consideração a probabilidade e os impactos gerados no caso da materialização do risco, bem como a análise de custo x benefício da ação mitigatória.

Monitoramento

Ao AGECORO compete a função de monitorar os processos, documentar e informar ao GECORI as ocorrências de falhas nos processos. O GECORI deve acompanhar à Auditoria Interna, testes de verificação e revisão, quanto ao cumprimento das políticas, procedimentos e conformidades. Todos os sistemas, processos, operações, funções e atividades dentro da organização estão sujeitos a avaliações da Auditoria Interna, que está subordinada ao Conselho de Administração.



Plano de Continuidade de Negócios

O objetivo é garantir a continuidade do negócio através de processos escritos e representados graficamente, para dar suporte ao Banco Guanabara em caso ocorra alguma falha nos sistemas gerenciais ou nas instalações gestoras. Através de ações preventivas visamos prover a empresa de procedimentos, controles, responsabilidades e regras, e assim garantir na íntegra a continuidade das operações.

O PCN é um documento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas pela organização para atender a eventual emergência e contém informações detalhadas sobre as ações a serem desenvolvidas na área de gestão de recursos.

É um documento que tem por objetivo informar, treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

Abordaremos aqui dois aspectos diferentes sobre o PCN. O primeiro está vinculado à recuperação de dados em caso de desastres, focado na recuperação de informações armazenadas em software e equipamentos eletrônicos. O segundo explanará como é possível diagnosticar os eventos que podem afetar o funcionamento de uma organização e estabelecer alternativas para que as operações não sejam interrompidas.

É estabelecida neste documento a criação de um único plano contendo uma seqüência de ações contra cada ameaça considerada em cada um dos processos do negócio, definindo em detalhes os procedimentos a serem executados em estado de contingência, que são:

- Plano de Gerenciamento de Crise PGC;
- Plano de Continuidade Operacional PCO;
- Plano de Recuperação de desastres PRD;
- Plano de Treinamento.



Plano de Gerenciamento de Crise PGC

O PGC define as responsabilidades de cada membro da equipe envolvida com o acionamento da contingência e os procedimentos a serem executados para retornar a normalidade.

Plano de Continuidade Operacional PCO

O PCO visa definir um plano de recuperação e restauração das funcionalidades dos ativos afetados que suportam os processos do negócio.

Plano de Recuperação de Desastres PRD

O PRD recupera e restaura as funcionalidades restabelecendo o ambiente e as condições originais de operação.

Plano de Treinamento

O Plano de Treinamento tem como objetivo propiciar aos funcionários, através de simulações de cenários de exposição de riscos, estarem aptos para procederem às orientações.

Mensuração e cálculo do Capital para Risco Operacional

A abordagem de cálculo de capital para Risco Operacional utilizada pelo Banco Guanabara é a metodologia indicador básico (BIA – Basic Indicator Approach).

O método do indicador básico determina que a instituição possua capital para o risco operacional equivalente a uma porcentagem de 15% (denominada alfa) sobre o valor da média anual do resultado bruto positivo dos três anos precedentes. Esta metodologia parte do princípio de quanto maior o resultado bruto de uma transação, maior será o seu risco operacional e portanto, propõem a utilização de um fator que corresponde a 15% do resultado bruto médio dos últimos três anos como o valor a ser alocado para cobertura de risco operacional.